S E G U N D O T U R N O

Eleições 2010

Publicamos neste segundo número, além de nosso segundo manifesto, artigos que mostram posições de juízes, médicos e da grande filósofa Marilena Chauí sobre a temática do aborto, que tem tanto mobilizado o debate público nesta última semana

Manifesto NIGS | Eleições 2010 **Número 2, Outubro de 2010**

Matéria do Jornal O Globo
O Aborto mata uma mulher brasileira a cada dois dias
Juízes se posicionam
e optam por aborto
Página 2

Promotores se posicionam
e optam pela descriminalização do aborto
Marina divulga temas para debate no segundo turno
e cita suposto consenso sobre aborto.
Página 3

MARILENA CHAUI
Marilena Chauí fala em Seminário sobre como a campanha eleitoral não deve se tornar um plebiscito sobre aborto.
Página 4

Em defesa da Legalização do Aborto
Frente Nacional Contra a Discriminação das Mulheres e pela Legalização do Aborto expõe sua posição.
Página 5

"Marina, você se pintou?"
Página 6

"Nós, do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades / NIGS queremos manifestar a nossa inconformidade frente a forma como diferentes questões tem sido colocadas na opinião pública neste segundo turno.

Como pesquisadoras feministas, defendemos os direitos para o exercício pleno da liberdade de culto, de expressão e de reprodução para cidadãs sem distinção de raça, cor, sexo, religião ou opinião pública como assim o exige a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Sendo assim, demandamos um mandato presidencial contra a precariedade social, econômica, sexual e cultural, que contemple soluções que atendam às demandas dos setores sociais menos privilegiados da população brasileira como mulheres, negras, indígenas, lésbicas, gays, transexuais, travestis e transgêneros.

Como cidadãs feministas, defendemos as conquistas dos movimentos sociais para que ninguém seja "submetido à tortura, nem ao tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante", como o estabelece a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Portanto, consideramos de fundamental importância que que sejam previstas as garantias para a Legalização do Aborto, evitando o sacrifício de mulheres, lésbicas, bissexuais ou transgéneros violentadas durante práticas de interrupção de gravidez clandestinas.

"Como estudantes e trabalhadoras, recusamos soluções neoliberais"

Como estudantes e trabalhadoras, recusamos soluções neoliberais que nos levem a condições de precariedade mais injustas, priorizando programas de produção econômica, em detrimento de programas de saúde, educação e informatização em equilibro e compatibilidade com políticas sustentáveis que assegurem contrapartidas socioambientais.

Acreditamos que é tempo de contribuir acadêmica e politicamente a inclusão dos direitos feministas na pauta do debate presidencial. Convidamos a todas as cidadãs brasileiras e estrangeiras em nossa luta por uma sociedade mais justa e em forte oposição a qualquer tipo de intransigência neoliberal".

Aborto ilegal mata uma mulher a cada dois dias

[O Globo] Entre 1995 e 2007, SUS fez 3 milhões de curetagens no Brasil

Alçado ao centro da campanha presidencial, o debate político-religioso sobre o aborto esconde uma estatística macabra: o aborto inseguro mata uma brasileira a cada dois dias. Pelos dados do SUS, em média, são 200 mortes por ano. Só no ano passado foram atendidas na rede pública 183,6 mil mulheres que abortaram, tiveram complicações e precisaram passar por curetagens. Pesquisa realizada pela USP mostra que a curetagem foi a cirurgia mais realizada pelo SUS entre 1995 e 2007: 3,1 milhões de procedimentos. De acordo com as estimativas, para cada aborto que chega ao hospital, pelo menos outros quatro foram feitos às escuras, de forma clandestina e insegura para as mulheres. O número de abortos vem caindo no Brasil, mas o problema ainda responde por 15% das mortes maternas. "Não é exagero reiterar que temos um problema de saúde pública", afirma Greice Menezes, do Instituto de Saúde Coletiva da UFRJ. (págs. 1, 3 e 4)

Juizes optam por aborto diante de gravidez indesejada, aponta estudo

São Paulo, domingo, 10 de outubro de 2010

De 207 entrevistados que tiveram parceiras que engravidaram "sem querer", 79,2% abortaram

Pesquisa da Unicamp junto com a AMB é a primeira a retratar a opinião pessoal dos que operam a lei brasileira

CLÁUDIA COLLUCCI
DE SÃO PAULO

Ao se confrontar com uma gravidez indesejada, a maioria dos juízes opta pelo aborto, revela uma pesquisa da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) em parceria com a AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros).

As informações constam de um levantamento maior, que investigou o que pensam os magistrados e promotores sobre a legislação brasileira e as circunstâncias em que o aborto provocado deveria ser permitido no país.

Entre os 1.148 juízes que responderam a questionários enviados pelos Correios, 207 (19,8%) relataram que já tiveram parceiras que engravidaram "sem querer". Nessa situação, 79,2% abortaram.

Das 345 juízas que participaram do estudo, 15% disseram que já tiveram gravidezes indesejadas. Dessas, 74% optaram pelo aborto.

Apesar de não representar a opinião da maioria dos magistrados (só 14% deles participaram da pesquisa), o trabalho é o primeiro a retratar a opinião pessoal daqueles que operam as leis sobre o aborto, tema que ganhou força no debate eleitoral.

Os números refletem o que outras pesquisas populacionais já constataram: diante de uma experiência pessoal com a gravidez indesejada, grande parte das pessoas, mesmo as que seguem alguma religião, entende que a situação justifica o aborto.

MORAL

Na avaliação da antropóloga Debora Diniz, professora da Universidade de Brasília, o dado revela uma questão básica sobre temas moralmente sensíveis: uma coisa é como as pessoas agem e conduzem suas vidas, a outra é o que elas consideram moralmente correto responder sobre o tema.

"Aos 40 anos, uma em cada cinco mulheres já fez aborto no Brasil. Se perguntássemos a essas mesmas mulheres se elas são favoráveis ao aborto, a resposta seria incrivelmente diferente e contrária ao aborto", afirma Diniz, também pesquisadora da Anis (Instituto de Bioética Direitos Humanos e Gênero).

Incoerência? Para a antropóloga, não. Ela explica que temas com forte regulação moral, em particular pelas religiões, geram uma expectativa nas pessoas de haver respostas "corretas", que indicariam que elas são "pessoas boas".

"Cria-se uma falsa expectativa de julgamento moral do indivíduo. Por isso, um plebiscito sobre aborto é algo desastroso. As mulheres abortam, seus companheiros as ajudam e as apoiam, mas ambos serão contrários à legalização do aborto."

Hipocrisia? Na opinião do juiz João Ricardo dos Santos Costa, vice-presidente de direitos humanos da AMB, sim. "A sociedade é hipócrita e individualista. Não conseguimos nos colocar na condição do outro."

Ele provoca. "Até padres quando se veem em uma situação em que suas parceiras engravidam optam pelo aborto para manter a sua integridade religiosa [permanecer na igreja]. Os juízes são como todas as pessoas. Têm suas vivências e cargas de preconceitos", diz ele.

A pesquisa com os magistrados e promotores, publicada na "Revista de Saúde Pública", se baseou em questionários enviados a 11.286 juízes e 13.592 promotores, por meio das associações que representam as categorias. A taxa de resposta entre os juízes foi de 14%, e entre os promotores, de 20%.

MÉDICOS

Seis anos atrás, o médico Anibal Faúndes, professor aposentado da Unicamp e coordenador do estudo com os magistrados e promotores, coordenou uma outra pesquisa com seus colegas de profissão, os ginecologistas e obstetras. Um total de 4.261 profissionais responderam a questionários enviados pela federação que representa a categoria (Febrasgo).

Um quarto das médicas e um terço dos médicos relataram já ter enfrentado uma gravidez indesejada.

A maioria (80%) optou pelo aborto. Mesmo entre os profissionais para os quais a religião era muito importante, 70% escolheram interromper a gravidez.

Quando a questão era a gestação indesejada de uma paciente, 40% dos médicos disseram já terem ajudado a mulher (indicando profissionais que faziam o aborto). A taxa subiu para 48% quando se tratava de um familiar e de quase 80% quando se tratava da sua parceira.

"As mais profundas convicções se rendem frente a circunstâncias absolutamente excepcionais. Todos somos contra o aborto, mas há situações em que ele é um mal menor", diz Faúndes.

[CONTINUA]

[CONTINUA]

Maioria dos promotores e juízes defende descriminalizar a prática

DE SÃO PAULO

A maioria dos juízes e promotores brasileiros (78%) defende que deveriam ser ampliadas as circunstâncias em que o aborto não é punido ou que a prática deveria deixar de ser considerada crime em qualquer situação.

Para mais de 80% deles, a interrupção da gravidez deveria ser liberada para casos de anencefalia e má-formação congênita grave.

Uma pequena parcela (9%) entende que o aborto deveria ser sempre proibido.

Dados do "Center for Reproductive Rights" mostram que em 56 países, que representam 39,2% da população mundial, o aborto é permitido sem restrição até 12ª ou 14ª semana gestacional.

O Brasil está incluído em um pequeno grupo de países em que o aborto é ilegal e só permitido em circunstâncias muito específicas -quando a vida da mulher está em jogo ou em caso de estupro.

Para o juiz João Ricardo dos Santos Costa, vice-presidente de direitos humanos da AMB, a posição amplamente favorável dos magistrados quanto à ampliação dos permissivos legais para o aborto reflete uma consciência de que o assunto é uma questão de saúde pública

MORTALIDADE MATERNA

Relatório lançado pelo Ministério da Saúde em 2009 mostra que, a partir dos anos 1990, o aborto induzido se manteve entre a 3ª e a 4ª causa de mortalidade materna em várias capitais do país.

Todo ano o SUS registra 238 mil internações por problemas decorrentes de abortos feitos em más condições.

"Temos que mudar a legislação, mas a religião ofusca a racionalidade que deve pautar esse debate. O Estado brasileiro é laico, e o legislador tem que entender isso."

Para ele, todo debate que está havendo reflete bem a dificuldade que os movimentos terão para tentar mudar a legislação brasileira.

Nos casos de anencefalia, Costa diz que o estudo refletiu a posição de muitos juízes, que vêm concedendo autorizações para o aborto. Mas ele admite que ainda há vários pedidos indeferidos.

"Pela ótica da mulher, é uma violência sonegar o direito de tirar um cadáver da barriga. Cientificamente, o anencéfalo não tem vida."

Para a CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), o feto anencéfalo é um ser humano, e o sofrimento da mãe "não justifica nem autoriza o sacrifício da vida do filho". **(CC)**

Marina divulga dez temas para debate de programas no 2º turno

PV quer veto ao Código Florestal e 7% do PIB para educação. Documento foi apresentado nesta sexta (8) em São Paulo.

Fonte: http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/marina-divulga-dez-temas-para-debate-de-programas-no-2-turno.html

A senadora Marina Silva reuniu lideranças do PV na tarde desta sexta-feira (8) para divulgar um documento com dez temas que será usado como base para discussão que vai definir o apoio do partido a Dilma Rousseff (PT) ou José Serra (PSDB). O PV não exclui ainda a possibilidade de adotar neutralidade.

O documento é subdividido em 42 subitens, agrupados nos seguintes temas. (*veja tabela abaixo*). Marina aproveitou a coletiva para reiterar que o partido não cogita trocar apoio por cargos.

O texto tem como destaques propostas amplamente discutidas por ela durante a campanha. Entre esses pontos estão o aumento do investimento em educação para 7% do PIB, criação de um sistema nacional de prevenção e alerta sobre desastres naturais, a criação de uma agência reguladora independente para política nacional de mudanças climáticas, o veto à propostas de alteração do código florestal que reduzam áreas de reserva legal, preservação permanente ou promovam anistia a desmatadores.

Em entrevista coletiva, Marina afirmou que não há um ponto mais importante que o outro e que eles não foram apresentados de forma hierarquizada. Ela voltou a reafirmar que será a discussão sobre as propostas que deve definir o apoio do partido no segundo turno.

"Um processo complexo como esse não é puramente declaratório. É uma dinâmica que vai se estabelecendo a partir de agora. Fizemos algo respeitoso com a democracia", disse. "Estabelecemos um processo. A primeira fase foi ouvir diferentes segmetnos da sociedade civil, numa reunião com cerca de 70 pessoas, o outro foi a reunião que tivemos hoje com a coordenação nacional da campanha e do partido. Essa reunião foi parte presencial e outra via teleconferência. Terminamos agora e temos aqui um documento que, como havíamos dito, seria a base programática para discussão com as candidaturas que foram para o segundo turno, bem como a exposição da plataforma para o conjunto da sociedade", completou Marina.

"O PV está cumprindo seu caminho, sua trajetória. Acabamos de concluir um documento que será apresentado à sociedade e aos dois postulantes à Presidência da República levando em consideração a nossa visão programática e o que a gente acha importante de atitudes a serem tomadas pelo futuro governo para o crescimento e o desenvolvimento sustentável do Brasil" José Luiz Penna, presidente do PV.

"Temos aqui o documento que é "Agenda por um Brasil justo e sustentável", que contém questões que o Partido Verde deseja ser realizadas no próximo governo e que será a base de interlocução nossa com os dois candidatos. (...) Teremos uma reunião da Executiva Nacional em Brasília na próxima quarta para preparar a convenção. E a convenção no dia 17", lembrou Sirkis.

Aborto

O documento divulgado pelo PV não faz menção ao aborto, tema que tem pautado a campanha do segundo turno. "Essa questão já está pautada desde o princípio pelos candidatos. E quando nós colocamos aqui a questão da liberdade religiosa, acreditamos que isso está contemplado, a defesa da vida.", definiu Marina.

"Como eu vi que os candidatos todos já estão dizendo que são contrários, então já está contemplado, inclusive, por eles próprios. Essa questão surgiu inicialmente comigo, nem foi abordado com os outros candidatos, agora, apareceu para os outros candidatos. Eles, de antemão, já se manifestaram e aqui, quando nós dizemos que respeitamos a diversidade, a liberdade religiosa, enfim, estamos afirmando o princípio de valorização da vida", completou.

Marina foi questionada sobre quais as garantias que o partido terá que o candidato que se comprometer a adotar os pontos apresentados pelo PV irá, de fato, implementar as políticas propostas. Ela afirmou que não há garantias, mas disse que o programa apresentado pelo PV é uma "oportunidade de ouro" para os candidatos.

"Não existe uma garantia a priori do que será feito depois de eleito aquele que ganhar. Eu acredito que, da nossa parte, havia um compromisso de implementar essa plataforma. É por esse compromisso que estamos lutado, de que de fato ele possa ser internalizado. Como as duas candidaturas não tinham programa de governo, agora têm a chance de um compromisso na forma de programa de governo para apresentar à sociedade como contribuição daqueles que não foram para o segundo turno e tiveram desempenho relevante."

Para Marilena Chauí, segundo turno não pode se tornar "plebiscito sobre aborto"

Em ato pró-Dilma em São Paulo, a professora de filosofia da USP sugere que petistas deixem de atender à mídia

Por: Guilherme Amorim, Rede Brasil Atual

Publicado em 08/10/2010, 15:48

Última atualização às 15:56

São Paulo – A filósofa Marilena Chauí fez palestra nesta sexta-feira (8), ao lado de intelectuais e membros do corpo docente da Faculdade de Direito do Largo São Francisco (FDUSP) em um ato organizado para defender a candidatura da governista para a Presidência da República. Ela afirmou que o monopólio da imprensa no Brasil transforma a mídia em um agente antidemocrático e que a disputa não pode se tornar em um plebiscito sobre o aborto, baseado em boatos.

A maioria dos participantes usou seu espaço de discurso para, além de diferenciar os projetos de governo dos candidatos, fazer críticas ao comportamento da imprensa.

Marilena Chauí defendeu que lideranças de esquerda e do PT deixem de atender jornalistas da imprensa convencional, em uma espécie de boicote a pedidos de entrevista. "Para defender a liberdade de expressão é preciso não falar com a mídia", propõe Marilena Chauí. Ela acredita que a mídia dá espaço para figuras do partido e de movimentos sociais apenas para "parecer plural", mas promovendo um "controle de opinião" sobre o que é publicado.

A professora aludiu ao caso da dispensa da colunista Maria Rita Kehl pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. "A democracia não é simplesmente um regime da lei e da ordem", explicou, defendendo que é necessário haver diversidade de opinião na mídia. A professora esclareceu que não se pode permitir que três ou quatro famílias mantenedoras dos meios de comunicação pautem a agenda política do Brasil.

"Temos que impedir que o segundo turno das eleições se torne um plebiscito nacional sobre o aborto", definiu. Para ela, a cada semana é definida uma nova temática para o debate político – se referindo às discussões eleitorais levantadas recentemente, como a da liberdade de imprensa e a da religião.

O ato abordou questões referentes ao segundo turno das eleições. Sobre a definição do apoio do PV a José Serra (PSDB) ou Dilma Rousseff (PT), o professor de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito Otávio Pinto e Silva ironizou: "Serra não precisa do PV, ele já tem o 'PVeja'". A referência à revista semanal da Editora Abril. Recentemente, Reinaldo Azevedo, colunista da *Veja*, assumiu a posição para a imprensa como partido de oposição no país. Para o professor, a mídia jogou a favor do candidato tucano nesta campanha.

A necessidade de garantir espaço para a diversidade de opiniões foi defendido também pelo deputado federal reeleito pelo PT de São Paulo Paulo Teixeira: "Defendemos uma democracia com liberdade de imprensa e liberdade de opinião; nós queremos diversidade de opinião na imprensa brasileira". Para o ele, o governo nunca quis censurar a imprensa. "Isso nunca esteve no nosso horizonte", afirmou.

NOTA DE REPÚDIO CONTRA USO ELEITORAL DO DEBATE SOBRE ABORTO

Repudiamos o uso político da questão do aborto, causa tão complexa e importante para a vida das mulheres.

Nenhuma mulher deve ser presa, punida, perseguida, maltratada,ou humilhada por ter feito um aborto.

Mais uma vez, em contextos de disputa eleitoral, o patriarcado por meio de seus representantes na classe política conservadora, explora as necessidades do povo. Mais uma vez é sobre o corpo das mulheres e contra a autonomia das mulheres que a disputa se faz.

Ainda hoje e apesar da Lei do Planejamento Familiar de 1996, pratica-se a troca de votos por laqueadura de trompas. Apela-se para a mentira e o terrorismo para combater a luta por direitos humanos para as mulheres e para chantangear candidaturas.

Desde os anos 1980, o movimento de mulheres adota o 28 de setembro como o Dia Latino-Americano Pela Descriminalização do Aborto. Este ano, nessa data, foi lançada a Plataforma para Legalização do Aborto no Brasil. Na Plataforma estão colocados os termos do debate que queremos fazer com a sociedade brasileira, os movimentos sociais, as associações de classe, os partidos, parlamentares, o Poder Judiciário e o Executivo. Queremos que o debate seja feito de forma politizada e não moralista.

Repudiamos o uso político da questão do aborto, causa tão complexa e importante para a vida das mulheres. Repudiamos as lideranças religiosas que manipulam informações, aterrorizam e mentem para seus fiéis em favor da ampliação de seu próprio poder político.

Exigimos respeito à dignidade das mulheres! Queremos um ambiente democrático para fazer o debate franco e informado sobre o direito à maternidade e à auto-determinação reprodutiva para todas as mulheres, sem discriminação de classe ou de cor.

Em, 08 de outubro de 2010.

Frente Nacional Contra A Discriminação das Mulheres e pela Legalização do Aborto

Marina,... você se pintou?

Maurício Abdalla

"Marina, morena Marina, você se pintou" – diz a canção de Caymmi. Mas é provável, Marina, que pintaram você. Era a candidata ideal: mulher, militante, ecológica e socialmente comprometida com o "grito da Terra e o grito dos pobres", como diz Leonardo Boff.

Dizem que escolheu o partido errado. Pode ser. Mas, por outro lado, o que é certo neste confuso tempo de partidos gelatinosos, de alianças surreais e de pragmatismo hiperbólico? Quem pode atirar a primeira pedra no que diz respeito a escolhas partidárias?

Mas ainda assim, Marina, sua candidatura estava fadada a não decolar. Não pela causa que defende, não pela grandeza de sua figura. Mas pelo fato de que as verdadeiras causas que afetam a população do Brasil não interessam aos financiadores de campanha, às elites e aos seus meios de comunicação. A batalha não era para ser sua. Era de Dilma contra Serra. Do governo Lula contra o governo do PSDB/DEM. Assim decidiram as "famiglias" que controlam a informação no país. E elas não só decidiram quem iria duelar, mas também quiseram definir o vencedor. O Estadão dixit: Serra deve ser eleito.

Mas a estratégia de reconduzir ao poder a velha aliança PSDB/DEM estava fazendo água. O povo insistia em confirmar não a sua preferência por Dilma, mas seu apreço pelo Lula. O que, é claro, se revertia em intenção de voto em sua candidata. Mas "os filhos das trevas são mais espertos do que os filhos da luz". Sacaram da manga um ás escondido. Usar a Marina como trampolim para levar o tucano para o segundo turno e ganhar tempo para a guerra suja.

Marina, você, cujo coração é vermelho e verde, foi pintada de azul. "Azul tucano". Deram-lhe o espaço que sua causa nunca teve, que sua luta junto aos seringueiros e contra as elites rurais jamais alcançaria nos grandes meios de comunicação. A Globo nunca esteve ao seu lado. A Veja, a FSP, o Estadão jamais se preocuparam com a ecologia profunda. Eles sempre foram, e ainda são, seus e nossos inimigos viscerais.

Mas a estratégia deu certo. Serra foi para o segundo turno, e a mídia não cansa de propagar a "vitória da Marina". Não aceite esse presente de grego. Hão de descartá-la assim que você falar qual é exatamente a sua luta e contra quem ela se dirige.

"Marina, você faça tudo, mas faça o favor": não deixe que a pintem de azul tucano. Sua história não permite isso. E não deixe que seus eleitores se iludam acreditando que você está mais perto de Serra do que de Dilma. Que não pensem que sua luta pode torná-la neutra ou que pensem que para você "tanto faz". Que os percalços e dificuldades que você teve no Governo Lula não a façam esquecer os 8 anos de FHC e os 500 anos de domínio absoluto da Casagrande no país cuja maioria vive na senzala. Não deixe que pintem "esse rosto que o povo gosta, que gosta e é só dele".

Dilma, admitamos, não é a candidata de nossos sonhos. Mas Serra o é de nossos mais

terríveis pesadelos. Ajude-nos a enfrentá-lo. Você não precisa dos paparicos da elite brasileira

e de seus meios de comunicação. "Marina, você já é bonita com o que Deus lhe deu".

Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades

Site — **www.nigs.ufsc.br**
E-mail — **nigsnuc@cfh.ufsc.br**
Telefone — **(48) 3721-9890**